

**CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 06.981.176/0001-58 – NIRE 31300020550**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 12 de maio de 2017, às 14 horas, na Av. Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- 1) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como dos respectivos documentos complementares;
- 2) destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$69.868 mil, e saldo de Lucros Acumulados de R\$16.871 mil;
- 3) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$83.246 mil; e,
- 4) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.

Belo Horizonte 11 de abril de 2017.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE EM 12-05-2017, ÀS 14 HORAS.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.:

Considerando que, em conformidade com o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e com os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, bem como com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, com apresentação de Lucro Líquido de R\$69.868 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$16.871 mil, decorrente de realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia.

vem propor a V.Sas.:

que, ao Lucro Líquido de 2016 e de saldo de Lucros Acumulados acima citados seja dada a seguinte destinação:

- a) R\$83.246 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, utilizando de parcela dos JCP aprovados conforme a CRCA nº 105/2106, de 22-12-2016, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2017 e a segunda até 30-12-2017, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26-12-2016; e,
- b) R\$3.493 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Branco

Marco Antônio Soares da Cunha Castello

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

Daniel Alves Ferreira

Antônio Dirceu Araujo Xavier

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Bruno Magalhães Menicucci

José Pais Rangel

Carolina Alvim Guedes Alcoforado

Marcelo Gasparino da Silva

Luiz Guilherme Piva

Índice

Anexo 1 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência.

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta do Conselho de Administração para a AGO/E.

Anexo 3 - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras

Anexo 4 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 5 - Demonstrativo do cálculo dos dividendos propostos

Anexo 6 - Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.

Anexo 1

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional, que sempre fizeram parte da sua história.

Tivemos um aumento na nossa dívida em relação ao ano anterior, mas em montantes bem inferiores aos investimentos que fizemos, destacando-se o pagamento de R\$2,2 bilhões pela outorga das 18 usinas constantes do lote D do leilão promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2015, no qual fomos vencedores, e que permitirá a operação pela Companhia dessas usinas pelos próximos 30 anos, destacando-se as usinas de Três Marias e Salto Grande.

Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis continuam sendo bastante competitivos no mercado de geração de energia. No que se refere especificamente aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de quase 200 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Nosso lucro líquido foi de R\$70 milhões, abaixo do verificado no ano anterior, em função de ajustes no nosso investimento na Renova e, principalmente, de não termos em 2016, no nosso portfólio de energia própria para revenda, a usina de São Simão, tendo em vista a discussão judicial com o Governo Federal a respeito da prorrogação das concessões de Jaguara, Miranda e São Simão.

No que se refere a essa questão da discussão judicial envolvendo as usinas, continuamos dialogando com o Governo Federal a prorrogação dessas concessões. Temos a expectativa de encontrarmos uma alternativa de prorrogação dos contratos que possa convergir os interesses do Governo Federal com os direitos da Companhia, presentes de forma inequívoca, em nossa opinião, nos contratos de concessão dessas usinas.

No que se refere ao negócio de transmissão, a boa notícia de 2016 foi a definição das regras de indenização dos ativos, consequência da nossa adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579). Essa definição foi importante para podermos incluir em nossas projeções de caixa as entradas dos recursos, garantindo assim a sustentabilidade dos investimentos em transmissão, agora com expectativas de taxas de retorno mais atrativas.

Conforme já mencionamos, temos a expectativa que o 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig GT, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig GT.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, nossos acionistas diretos e indiretos e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, compreendendo, em 31 de dezembro de 2016, um endividamento de R\$ 8,6 bilhões, sendo 38% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 62% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento de R\$ 7,7 bilhões tinha 37% deste montante em dívidas de curto prazo e 63% em dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento de R\$ 7 bilhões tinha 41% deste montante em dívidas de curto prazo e 59% em dívidas de longo prazo. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 4.583 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 7.769 milhões. Em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 4.684 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 5.539 milhões. Em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 3.487 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.135 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis razoáveis, sendo 62,9% em 31 de dezembro de 2016, 54% em 31 de dezembro de 2015 e 64% em 31 de dezembro de 2014.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

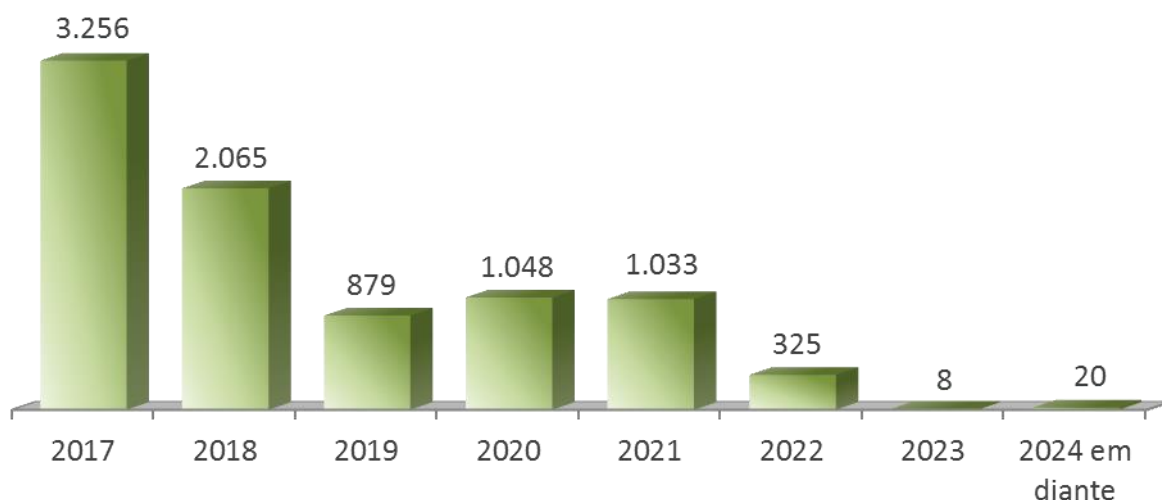
c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, mesmo tendo alcançado, em 31 de dezembro de 2016, um montante menor, de R\$ 1.389 milhões. Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os montantes foram mais significativos, de R\$ 4.242 milhões e de R\$ 4.035 milhões, respectivamente.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (TVM) era de R\$ 865 milhões em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 2.201 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 902 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Com uma dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) de R\$ 7.769 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$ 5.539 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 6.135 milhões em 31 de dezembro de 2014, aponta-se que cerca de 5,6 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor de 2016, enquanto que 1,30 anos de geração de caixa operacional seriam suficientes para quitar o saldo devedor em 2015 e 1,52 ano de geração de caixa operacional seria suficiente para quitar o saldo devedor em 2014.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$ 8.634 milhões não está alongada, com 71,81% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 2,5 anos:



Vencimento da dívida por ano, em Milhões de reais.

A grande concentração de dívida vencendo no curto prazo resulta das últimas operações de mercado de capitais num cenário de crédito mais desafiador. Vale ressaltar, entretanto, que a Cemig GT tem trabalhado no refinanciamento da dívida, com o propósito de alongar o cronograma de amortização.

Portanto, os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinanciar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem um histórico bem-sucedido de acesso ao mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 5ª emissão de notas promissórias, em 27/06/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.
- 5ª emissão de debêntures simples, em 10/12/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição do caixa por investimentos realizados em 2014.

- 6ª emissão de debêntures simples, em 15/07/2015, no valor de R\$ 1.000 milhões, destinados para pagamento de dívidas e/ou à recomposição do caixa em função de pagamento de dívidas.
- 6ª emissão de notas promissórias, em 30/12/2015, no valor de R\$ 1.440 milhões, destinados para o pagamento da 1ª (primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL12/2015.
- 7ª emissão de notas promissórias, em 01/07/2016, no valor de R\$ 620 milhões, destinados para o pagamento da 2ª (segunda) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL12/2015.
- 7ª emissão de debêntures simples, em 29/12/2016, no valor de R\$ 2.240 milhões, destinados a rolagem 6ª NP e recomposição de caixa em função de pagamento de dívidas.

O passivo circulante era de R\$ 4.831 milhões em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 4.260 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 3.472 milhões em 31 de dezembro de 2014. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade de não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e, também, garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em dezembro de 2016, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo sido emitidas 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 2.240.000.000,00 (dois bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para o resgate das 144 (cento e quarenta e quatro) notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A., emitidas em 30 de dezembro de 2015, bem como para a recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas.

Em outubro de 2016, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), destinados ao pagamento e/ou amortização de 16 operações de capital de giro da Emitente junto ao Banco do Brasil S.A. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em quatro

parcelas semestrais, com início em abril de 2017. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,90% da variação do CDI.

Em julho de 2016, a Companhia concluiu a 7ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 124 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2016, totalizando R\$ 620.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 2ª (segunda) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 7ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em julho de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 144 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 30 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 1ª (primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Além disso, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$670 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário, e nova operação de rolagem de dívida com o Banco da Amazônia no valor de R\$120 milhões.

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 4ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir

aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: dívida / EBITDA menor ou igual a dois e dívida líquida / (patrimônio líquido + dívida líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.

- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 8,6 bilhões, sendo de R\$ 7,8 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7,7 bilhões, sendo de R\$ 5,54 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7 bilhões, sendo de R\$ 6,14 bilhões a dívida líquida.

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento. Para mais detalhes, vide seção 3.9 deste formulário.

O custo nominal da dívida da Companhia tem aumentado ao longo dos anos (16,03% ao ano em 31 de dezembro de 2016, 14,41% ao ano em 31 de dezembro de 2015, 12,11% ao ano em 31 de dezembro de 2014). O custo real da dívida da Companhia também tem aumentado (8,59% ao ano em 31 de dezembro de 2016, 3,66% ao ano em 31 de dezembro de 2015 e 5,37% ao ano em 31 de dezembro de 2014). Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2016, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (84% do total), IPCA (1516% do total) e 1% referente a outros indicadores.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito ainda satisfatória da Companhia, face aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos, sendo que o ano de 2016 foi comprometido pela redução verificada no LAJIDA:

	2016	2015	2014
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,60	2,27	2,02
Dívida Líquida / LAJIDA	5,6	1,30	1,52
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	63%	54%	64%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 (valores expressos em mil):

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/12/2016			2015	2014
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
KFW	2018	1,78%	Euro	3.619	3.797	7.416	11.627	10.526
Dívida em Moeda Estrangeira				3.619	3.797	7.416	11.627	10.526
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	284.748	270.000	554.748	924.666	918.828
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.892	65.497	73.389	81.339	88.667
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85% do CDI	R\$	-	-	-	-	1.483.984
Nota Promissória – 6ª emissão	2016	120,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.440.907	-
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	667.143	-	667.143	-	-
Banco da Amazônia	2018	CDI + 1,90%	R\$	2.097	119.504	121.601	121.172	-
FINEP	2018	TJLP + 5% e TJLP + 8%	R\$	3.153	2.351	5.504	8.650	12.095
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	150.683	-	150.683	433.876	450.569
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	291.447	291.596	583.043	-	-
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	-	185	185	185	185
Dívida em Moeda Nacional				1.407.163	749.133	2.156.296	3.010.796	2.954.328
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.410.782	752.930	2.163.712	3.022.423	2.964.854
Debêntures								
Debêntures (1) – 2ª série - 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68%	R\$	-	-	-	-	554.158
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	543.208	-	543.208	539.943	528.866
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	14.657	278.464	293.121	274.893	248.272
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	50.734	932.772	983.506	922.329	833.042
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R\$	-	-	-	501.398	501.172
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	711.295	700.000	1.411.295	1.411.646	1.406.336
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI + 1,60%	R\$	552.557	485.416	1.037.973	1.037.256	-
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.063	30.054	31.117	29.185	-
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	140,00% do CDI	R\$	-7.322	2.204.163	2.196.841	-	-

(-) FIC Pampulha -
títulos emitidos pela
própria Companhia
(3)

-13.179 -4.009 -17.188 -

Total de Debêntures				1.853.013	4.626.860	6.479.873	4.716.650	4.071.846
Total Geral – Consolidado e Controladora				3.263.795	5.379.790	8.643.585	7.739.072	7.036.700

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2016, era superior a R\$ 50 milhões):

I. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 97,44 milhões.

II. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 73,39 milhões.

III- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da

quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.819,83 milhões.

IV – Quinta emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.411,29 milhões.

V – Sexta emissão de debêntures simples

Em julho de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.069,09 milhões.

VI – Sétima emissão de notas promissórias

Em julho de 2016, a Companhia concluiu a 7ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 124 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2016, totalizando R\$ 620.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 2ª (segunda) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 7ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das notas promissórias, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 667,14 milhões.

VII - Contrato de Crédito Bancário

Em outubro de 2016, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), destinados ao pagamento e/ou amortização de 16 operações de capital de giro da Emitente junto ao Banco do Brasil S.A. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em quatro parcelas semestrais, com início em abril de 2017. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,90% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 583,04 milhões.

VIII – Sétima emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2016, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo sido emitidas 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 2.240.000.000,00 (dois bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para o resgate das 144 (cento e quarenta e quatro) notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A., emitidas em 30 de dezembro de 2015, bem como para a recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.196,84 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas Controladas e instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f) (i) deste Formulário de Referência.

iii . grau de subordinação entre as dívidas

Cerca de 99,8% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 25,4% da dívida são garantidos por recebíveis da controladora (já incluindo aqui as garantias dadas à 7ª emissão de debêntures da Cemig GT ocorrida ao final de dezembro de 2016).

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Cemig GT emitiu, em outubro de 2016, uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), no valor de R\$ 600 milhões, em favor do Banco do Brasil S.A. Este instrumento apresenta uma cláusula financeira restritiva na qual a Cemig Holding, avalista do empréstimo, tem a obrigação de manter sua dívida líquida / Ebitda igual ou inferior a: 6,0x em dezembro de 2016, 5,26x em março, junho, setembro e dezembro de 2017 e 5,0x em março, junho

e setembro de 2018. Este covenant tem medição trimestral, a partir de dezembro de 2016 e será acompanhado nas demonstrações financeiras da avalista (consolidado), considerando a metodologia de cálculo da companhia. O Banco do Brasil S.A. deverá ser informado sobre qualquer covenant financeiro que porventura venha a ser acordado com outro(s) credor(es), de modo que se houver covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão, automaticamente, incorporados na CCB.

A Cemig GT captou, em dezembro de 2016, R\$ 2.240 milhões, por meio de sua 7ª emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva verificada semestralmente que prevê que a CEMIG GT terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 5,5 vezes em dezembro de 2017; 5,0 vezes em dezembro de 2018; 4,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive. Esta mesma cláusula também prevê que a Cemig Holding, garantidora da operação, terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 4,5 vezes em dezembro de 2017; 4,25 vezes em dezembro de 2018; 3,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive.

Nota: Para fins do disposto nestes covenants, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cemig GT ou da Cemig Holding, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “EBITDA” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). 3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia pode requerer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de financiamento contratados.

(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO (em R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	428	2,60	283	1,84	51,24
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	424	2,57	1.899	12,37	(77,67)
Consumidores e Revendedores	725	4,40	970	6,32	(25,26)
Concessionários - Transporte de Energia	37	0,22	38	0,25	(2,63)
Ativo Financeiro da Concessão	333	2,02	13	0,08	2.461,54
Tributos Compensáveis	55	0,33	42	0,27	30,95
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	176	1,07	77	0,50	128,57
Dividendos a Receber	12	0,07	8	0,05	50,00
Estoques	4	0,02	5	0,03	(20,00)
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	17	0,10	13	0,08	30,77
Adiantamento a Fornecedores	-	-	87	0,57	-
Créditos junto a Eletrobras	48	0,29	-	-	-
Outros Créditos	91	0,55	82	0,53	10,98
TOTAL DO CIRCULANTE	2.350	14,26	3.517	22,92	33,18
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	13	0,08	18	0,12	(27,78)
Tributos Compensáveis	15	0,09	24	0,16	(37,50)
Depósitos Vinculados a Litígios	229	1,39	221	1,44	

					3,62
Transações com Partes Relacionadas	75	0,45	2	0,01	3.650,00
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	46	0,28	50	0,33	(8,00)
Adiantamento a Fornecedores					
	229	1,39	60	0,39	281,67
Outros Créditos	274	1,66	326	2,12	(15,95)
Ativo Financeiro da Concessão					
	4.755	28,85	2.034	13,25	133,78
Investimentos	5.292	32,10	5.752	37,48	(8,00)
Imobilizado	3.170	19,23	3.308	21,55	(4,17)
Intangíveis	36	0,22	36	0,23	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.134	85,74	11.831	77,08	(19,47)
TOTAL DO ATIVO	16.484	100,00	15.348	100,00	7,40

PASSIVO (em R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.411	8,56	2.129	13,87	(33,72)
Debêntures	1.846	11,20	701	4,57	163,34
Fornecedores	377	2,29	332	2,16	13,55
I.de Renda e Contribuição Social	6	0,04	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	136	0,83	134	0,87	1,49
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	605	3,67	718	4,68	(15,74)
Salários e Encargos Sociais	53	0,32	51	0,33	3,92
Encargos Regulatórios	70	0,42	56	0,36	25,00
Participações nos Lucros	3	0,02	27	0,18	(88,89)
Obrigações Pós-Emprego	45	0,27	38	0,25	18,42
Concessões a Pagar	3	0,02	3	0,02	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	181	1,10	-	-	-
Outras Obrigações	90	0,55	71	0,46	26,76
TOTAL DO CIRCULANTE	4.826	29,28	4.260	27,76	13,29
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	753	4,57	891	5,80	(15,49)

Debêntures	4.625	28,06	4.015	26,16	15,19
Provisões	105	0,64	78	0,51	34,62
Obrigações Pós-Emprego	861	5,22	683	4,45	26,06
Impostos, Taxas e Contribuições	101	0,61	101	0,66	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	286	1,74	378	2,46	(24,34)
Encargos Regulatórios	128	0,78	90	0,59	42,22
Concessões a Pagar	19	0,12	19	0,12	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	196	1,19	148	0,96	32,43
Outras Obrigações	1	0,01	1	0,01	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.075	42,92	6.404	41,72	10,48
TOTAL DO PASSIVO	11.901	72,20	10.664	69,48	11,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.838	11,15	1.838	11,97	-
Reservas de Lucros	2.475	15,01	2.486	16,20	(0,48)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	271	1,64	360	2,35	(24,72)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.583	27,80	4.684	30,52	(2,16)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.484	100,00	15.348	100,00	7,40

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2016 em comparação a 2015 são como segue:

- Redução de R\$1.475 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função da utilização dos recursos para pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão do lote D de geração vencido pela Companhia.
- Aumento de R\$3.039 milhões nos ativos financeiros da concessão de curto e longo prazo em função do pagamento de bonificação de outorga de concessão de usinas de geração e atualização financeira dos valores a receber referente a indenização de transmissão.
- Aumento de R\$894 milhões no saldo da dívida com empréstimos, financiamentos e debêntures em função principalmente da cobertura do programa de investimentos da Companhia.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	283	1,84	291	2,35	(2,75)
Títulos e Valores Mobiliários –					
Aplicação Financeira	1.899	12,37	601	4,86	215,97
Consumidores e Revendedores	970	6,32	650	5,25	49,23
Concessionários - Transporte de Energia	38	0,25	38	0,31	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	0,08	5	0,04	160,00
Tributos Compensáveis	42	0,27	60	0,48	(30,00)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	77	0,50	109	0,88	(29,36)
Dividendos a Receber	8	0,05	24	0,19	(66,67)
Estoques	5	0,03	6	0,05	(16,67)
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	13	0,08	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	87	0,57	-	-	-
Outros Créditos	82	0,53	75	0,61	9,33
TOTAL DO CIRCULANTE	3.517	22,92	1.857	15,00	89,39
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários –					
Aplicação Financeira	18	0,12	10	0,08	80,00
Tributos Compensáveis	24	0,16	41	0,33	(41,46)
Depósitos Vinculados a Litígios	221	1,44	174	1,41	27,01
Transações com Partes Relacionadas	2	0,01	2	0,02	-
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	50	0,33	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	60	0,39	-	-	-
Outros Créditos	326	2,12	86	0,70	279,07
Ativo Financeiro da Concessão	2.034	13,25	1.268	10,24	60,41
Investimentos	5.752	37,48	4.039	32,63	42,41
Imobilizado	3.308	21,55	4.850	39,18	(31,79)
Intangíveis	36	0,23	50	0,40	(28,00)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.831	77,08	10.521	85,00	12,45
TOTAL DO ATIVO	15.348	100,00	12.378	100,00	23,99

PASSIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.129	13,87	2.211	17,86	(3,71)
Debêntures	701	4,57	666	5,38	5,26
Fornecedores	332	2,16	309	2,50	7,44
Impostos, Taxas e Contribuições	134	0,87	84	0,68	59,52
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	718	4,68	-	-	-
Salários e Encargos Sociais	51	0,33	44	0,36	15,91
Encargos Regulatórios	56	0,36	46	0,37	21,74
Participações nos Lucros	27	0,18	25	0,20	8,00
Obrigações Pós-Emprego	38	0,25	35	0,28	8,57
Concessões a Pagar	3	0,02	21	0,17	(85,71)
Outras Obrigações	71	0,46	30	0,24	136,67

TOTAL DO CIRCULANTE	4.260	27,76	3.471	28,04	22,73
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	891	5,80	754	6,09	18,17
Debêntures	4.015	26,16	3.406	27,52	17,88
Provisões	78	0,51	93	0,75	(16,13)
Obrigações Pós-Emprego	683	4,45	547	4,42	24,86
Impostos, Taxas e Contribuições	101	0,66	101	0,82	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	378	2,46	286	2,31	32,17
Encargos Regulatórios	90	0,59	54	0,44	66,67
Concessões a Pagar	19	0,12	150	1,21	(87,33)
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	148	0,96	29	-	410,34
Outras Obrigações	1	0,01	-	0,23	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.404	41,72	5.420	43,79	18,15
TOTAL DO PASSIVO	10.664	69,48	8.891	71,83	19,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.838	11,97	1.700	13,73	8,12
Reservas de Lucros	2.486	16,20	1.309	10,58	89,92
Ajustes de Avaliação Patrimonial	360	2,35	478	3,86	(24,69)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.684	30,52	3.487	28,17	34,33
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.348	100,00	12.378	100,00	23,99

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2016 em comparação a 2015 são como segue:

- Aumento de R\$1.298 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função de recursos captados para pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão do lote D de geração vencido pela Companhia.
- Aumento de R\$1.734 milhões nos Investimentos em função principalmente da criação da Aliança Geração, com a transferência para essa Empresa de parte dos ativos de geração anteriormente mantido no Imobilizado da Companhia.
- Redução de R\$1.542 milhões no Ativo Imobilizado em função basicamente da questão mencionada acima.
- Aumento de R\$1.188 milhões na Reserva de Lucros em função da proposta de retenção do lucro de 2015 a ser submetida a Assembleia de Acionistas.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ATIVO (em R\$ milhões)	2014	AV%	2013	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	291	2,35	1.107	10,57	(73,71)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	601	4,86	532	5,08	12,97
Consumidores e Revendedores	650	5,25	674	6,43	(3,56)
Concessionários - Transporte de Energia	38	0,31	29	0,28	31,03
Ativo Financeiro da Concessão	5	0,04	2	0,02	150,00
Tributos Compensáveis	60	0,48	184	1,76	(67,39)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	109	0,88	68	0,65	60,29
Revendedores - Transações com Energia Livre	-	-	43	0,41	(100,00)
Dividendos a Receber	24	0,19	10	0,10	140,00
Estoques	6	0,05	6	0,06	-
Outros Créditos	75	0,61	59	0,56	23,73
TOTAL DO CIRCULANTE	1.857	15,00	2.714	25,91	(31,58)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	10	0,08	50	0,48	(80,00)
Tributos Compensáveis	41	0,33	40	0,38	2,50
Depósitos Vinculados a Litígios	174	1,41	160	1,53	8,75
Transações com Partes Relacionadas	2	0,02	16	0,15	(87,50)
Outros Créditos	86	0,70	8	0,08	987,50
Ativo Financeiro da Concessão	1.268	10,24	777	7,42	63,19
Investimentos	4.039	32,63	1.519	14,50	165,90
Imobilizado	4.850	39,18	5.138	49,05	(5,61)
Intangíveis	50	0,40	53	0,51	(5,66)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	10.521	85,00	7.761	74,09	35,56
TOTAL DO ATIVO	12.378	100,00	10.475	100,00	18,17

PASSIVO (em R\$ milhões)	2014	AV%	2013	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.211	17,86	455	4,34	385,93
Debêntures	666	5,38	631	6,02	5,55
Fornecedores	309	2,50	214	2,04	44,39
Impostos, Taxas e Contribuições	84	0,68	85	0,81	(1,18)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	906	8,65	(100,00)
Salários e Encargos Sociais	44	0,36	43	0,41	2,33
Encargos Regulatórios	46	0,37	25	0,24	84,00
Participações nos Lucros	25	0,20	32	0,31	(21,88)
Transações com Partes Relacionadas	-	-	30	0,29	(100,00)
Obrigações Pós-Emprego	35	0,28	31	0,30	12,90
Concessões a Pagar	21	0,17	20	0,19	5,00
Outras Obrigações	30	0,24	49	0,47	(38,78)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.471	28,04	2.521	24,07	37,68
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	754	6,09	1.020	9,74	(26,08)
Debêntures	3.406	27,52	1.987	18,97	71,41
Provisões	93	0,75	57	0,54	63,16
Obrigações Pós-Emprego	547	4,42	524	5,00	4,39
Impostos, Taxas e Contribuições	101	0,82	101	0,96	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	286	2,31	227	2,17	25,99
Encargos Regulatórios	54	0,44	77	0,74	(29,87)
Concessões a Pagar	150	1,21	145	1,38	3,45
Outras Obrigações	29	0,23	1	0,01	2.800,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.420	43,79	4.139	39,51	30,95
TOTAL DO PASSIVO	8.891	71,83	6.660	63,58	33,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.700	13,73	893	8,53	90,37
Reservas de Lucros	1.309	10,58	2.385	22,77	(45,12)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	478	3,86	537	5,13	(10,99)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.487	28,17	3.815	36,42	(8,60)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.378	100,00	10.475	100,00	18,17

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2014 em comparação a 2013 são como segue:

- Redução de R\$816 milhões no Caixa e Disponibilidades de Caixa da Companhia, uma variação negativa de 74%, em função da aplicação dos recursos no Programa de Investimentos da Companhia em 2014.
- Aumento de R\$494 milhões nos ativos financeiros da concessão em função do envio pela Aneel do Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia referente à indenização dos ativos de transmissão em função da adesão a Lei 12.783/13, que correspondeu ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$1.239 milhões, gerando uma receita de atualização do ativo de R\$357 milhões.

- Aumento de R\$2.520 milhões no saldo de Investimentos em função da aquisição de participação na Renova, no valor de R\$1.550 milhões, aquisição de participação na SAAG Investimentos S.A de R\$ 697 milhões e aporte na Madeira Energia de R\$428 milhões. Maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.
- Aumento de R\$2.944 milhões no endividamento da Companhia, 71,92% de variação, em função da maior necessidade de recursos em 2014 para cumprir com as obrigações de compra de energia e novos investimentos. O endividamento de curto prazo aumentou R\$1.791 milhões, em função, principalmente, da captação de recursos através de nota promissória em 2014, no montante de R\$1.400 milhões, com vencimento previsto para junho de 2015.
- Aumento do Capital Social de R\$807 milhões em 2014 utilizando-se do saldo da Reserva de Lucros.

10.2

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	6.808	100,00	7.377	100,00	(7,71)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(379)	(5,57)	(335)	(4,54)	13,13
Participação dos Empregados no Resultado	(1)	(0,01)	(35)	(0,47)	(97,14)
Obrigações Pós-Emprego	(77)	(1,13)	(31)	(0,42)	148,39
Materiais	(13)	(0,19)	(16)	(0,22)	(18,75)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	-	(84)	(1,14)	(100,00)
Serviços de Terceiros (b)	(141)	(2,07)	(159)	(2,16)	(11,32)
Depreciação e Amortização	(183)	(2,69)	(253)	(3,43)	(27,67)
Provisões	(93)	(1,37)	(106)	(1,44)	(12,26)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(318)	(4,67)	(293)	(3,97)	8,53
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(3.052)	(44,83)	(2.601)	(35,26)	17,34
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(54)	(0,79)	(146)	(1,98)	(63,01)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(82)	(1,20)	(74)	(1,00)	10,81
	(4.393)	(64,50)	(4.133)	(56,03)	6,29
Resultado de Equivalência Patrimonial	(448)	(6,58)	38	0,52	-
Ajuste referente a desvalorização em investimento	(762)	(11,19)	-	-	-
Resultado de Valor Justo em Reorganização Societária	-	-	729	9,88	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.205	17,70	4.011	54,37	(69,96)
Receitas Financeiras	182	2,67	205	2,78	(11,71)
Despesas Financeiras	(1.324)	(19,45)	(990)	(13,42)	33,74
Resultado Antes dos Impostos	63	0,93	3.226	43,73	(98,05)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(38)	(0,56)	(751)	(10,18)	(94,94)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45	0,66	(137)	(1,86)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	70	1,03	2.338	31,69	(97,01)

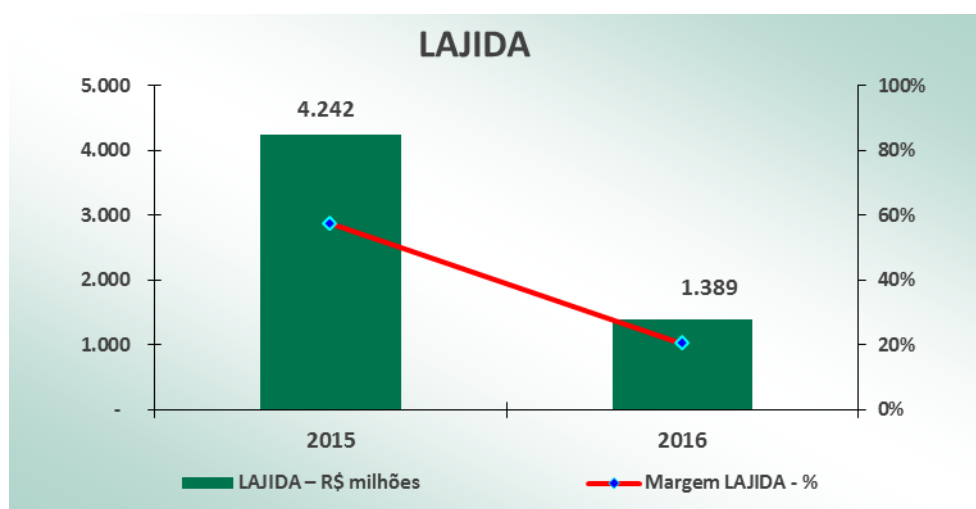
Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2016, um lucro líquido de R\$70 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.316 milhões no exercício de 2015, redução de 96,98%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 67,26% em 2016 na comparação com 2015, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var %
Resultado do Período	70	2.316	(96,98)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(7)	888	(100,79)
+ Resultado Financeiro Líquido	1.143	785	45,61
+ Amortização e Depreciação	183	253	(27,67)
= LAJIDA	1.389	4.242	(67,26)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O redução do LAJIDA em 2016, em comparação com 2015 deve-se, principalmente, à queda do resultado líquido do exercício. Os principais fatores que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. A margem do LAJIDA passou de 57,50% em 2015 para 20,40% em 2016.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado 31/12/2016	Controladora 31/12/2015
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	6.576	5.916
Receita de Transmissão – com impostos (b)	410	339
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	300	-
Receita de Construção (d)	54	146
Transações com energia na CCEE (e)	152	2.355
Receita de Indenização da Transmissão (f)	751	101
Outras receitas operacionais	37	26
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(1.472)	(1.506)

6.808
7.377

(*) Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	31/12/2016			31/12/2015		
	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	15.494.833	3.468	223,83	18.465.652	3.630	196,58
Comercial	832.443	215	258,45	366.787	90	245,37
Subtotal	16.327.276	3.683	225,59	18.832.439	3.720	197,53
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(37)	-	-	(3)	-
	16.327.276	3.646	-	18.832.439	3.717	-
Suprim. Outras Concessionárias (*)	12.601.237	2.671	211,96	11.133.516	2.350	211,07
Suprim. Não Faturado Líquido	-	259	-	-	(151)	-
	28.928.513	6.576	-	29.965.955	5.916	-

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.576 milhões em 2016 em comparação a R\$5.916 milhões em 2015, representando um crescimento de 11,16% decorrente, principalmente, do aumento de 14,21% no preço médio/MWh faturado para consumidores finais compensado, parcialmente, pela redução de 3,46% na quantidade total de energia comercializada.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$411 milhões em 2016 comparados a R\$339 milhões em 2015, crescimento de 21,42%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões tendo sido de 9,32% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 11,09% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751 milhões, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015, em relação a revisão final;
- R\$90 milhões referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$438 milhões referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$44 milhões referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$159 milhões referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.805 milhões (R\$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015). Mais detalhes na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$152 milhões em 2016 comparados a R\$2.356 milhões no mesmo período de 2015, redução de 93,55%.

Em 2016 houve uma redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Construção

A receita de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de transmissão foi de R\$54 milhões em 2016 comparadas a R\$146 milhões em 2015, apresentando redução de 63,01%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.472 milhões em 2016 comparados a R\$1.506 milhões em 2015, registrando redução de 2,26%. Os impostos e

encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.393 milhões em 2016 em comparação com R\$4.134 milhões em 2015, representando um aumento de 6,27%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.052 milhões em 2016 comparados a R\$2.601 milhões em 2015, representando um aumento de 17,49%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 17,34% no volume de energia comprada em 2016 (19.002.578 MWh) comparado com 2015 (15.273.685 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$379 milhões em 2016 comparada a R\$335 milhões em 2015, representando um aumento de 13,13%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo, com efeito integral em 2016;
- reajuste salarial de 8,5% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de empregados no montante de R\$23 milhões.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$0,9 milhões em 2016 comparado ao valor de R\$35 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do lucro consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Depreciação e Amortização

A despesa de depreciação e amortização apresentou redução de 27,67%, sendo R\$183 milhões em 2016 em comparação a R\$253 milhões em 2015. Essa redução decorre basicamente do vencimento da concessão de 14 usinas da Cemig GT, com a exclusão da depreciação desses ativos em 2016, conforme descrito mais detalhadamente na nota explicativa nº 13.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 63,01%, sendo R\$54 milhões em 2016 em comparação a R\$146 milhões em 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

As despesas com obrigações pós-emprego foram de R\$77 milhões em 2016 em comparação ao valor de R\$31 milhões em 2015, representando um aumento de 148,39%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o Fundo de Pensão e o Plano de Saúde em 2016. Além disso, foram efetuadas alterações no seguro de vida em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada gerou em uma redução nas obrigações pós-emprego de 2015, em contrapartida ao resultado, no montante de R\$20 milhões.

Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas Demonstrações Financeiras.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$647 milhões em 2016 comparado ao valor de R\$648 milhões em 2015, representando redução de 0,15%.

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova.

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Resultado de equivalência patrimonial

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma despesa com equivalência patrimonial no montante de R\$448 milhões, comparados a uma receita de R\$17 milhões em 2015.

Essa variação reflete, principalmente, o prejuízo de R\$373 milhões da Renova Energia em 2016, em função de ajuste para perdas por desvalorização do seu imobilizado e do investimento na Terraform, além de baixa de opção de venda com a SunEdison. Adicionalmente, foi registrado um ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R\$77 milhões realizado pela Guanhães.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.143 milhões em 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015, um crescimento de 45,61%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$81 milhões em 2016 comparado a R\$120 milhões em 2015, redução de 32,50%. Esta variação decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em 2016;
- Crescimento das Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$37 milhões em 2016 comparados a R\$12 milhões em 2015. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2016;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$1.173 milhões em 2016 comparado a R\$795 milhões em 2015, um crescimento de 47,55%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2016 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (14,06% em 2016 e 13,23% em 2015).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2016 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7 milhões em relação ao Resultado de R\$63 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 11,05% de alíquota efetiva. Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$888 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,71% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11b das Demonstrações Financeiras.

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	7.377	100,00	7.715	100,00	(4,38)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(335)	(4,54)	(304)	(3,94)	10,20
Participação dos Empregados no Resultado	(35)	(0,47)	(55)	(0,71)	(36,36)
Obrigações Pós-Emprego	(31)	(0,42)	(48)	(0,62)	(35,42)
Materiais	(16)	(0,22)	(16)	(0,21)	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(84)	(1,14)	(282)	(3,66)	(70,21)
Serviços de Terceiros (b)	(159)	(2,16)	(172)	(2,23)	(7,56)
Depreciação e Amortização	(253)	(3,43)	(297)	(3,85)	(14,81)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	(123)	(1,59)	(100,00)
Provisões	(106)	(1,44)	(84)	(1,09)	26,19
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(293)	(3,97)	(273)	(3,54)	7,33
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(2.601)	(35,26)	(1.692)	(21,93)	53,72
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(146)	(1,98)	(80)	(1,04)	82,50
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(74)	(1,00)	(161)	(2,09)	(54,04)
	(4.133)	(56,03)	(3.587)	(46,49)	15,22
Resultado de Equivalência Patrimonial	38	0,52	(389)	(5,04)	(109,77)
Resultado de Valor Justo em Reorganização Societária	729	9,88	-	-	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	4.011	54,37	3.739	48,46	7,27
Receitas Financeiras	205	2,78	145	1,88	41,38
Despesas Financeiras	(990)	(13,42)	(680)	(8,81)	45,59
Resultado Antes dos Impostos	3.226	43,73	3.204	41,53	0,69
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(751)	(10,18)	(1.056)	(13,69)	(28,88)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(137)	(1,86)	(59)	(0,76)	132,20
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.338	31,69	2.089	27,08	11,92

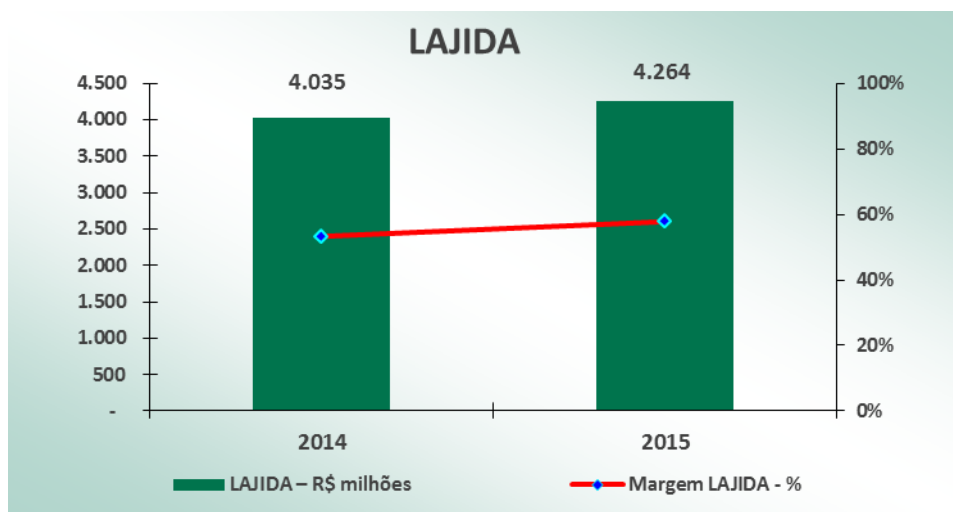
Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2015, um lucro líquido de R\$2.338 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.089 milhões no exercício de 2014, um crescimento de 11,92%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 5,68% em 2015 na comparação com 2014, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2015	2014	Var %
Resultado do Período	2.338	2.089	11,92
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	888	1.115	(20,36)
+ Resultado Financeiro Líquido	785	534	47
+ Amortização e Depreciação	253	297	(14,81)
= LAJIDA	4.264	4.035	5,68



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2015, em comparação com 2014 deve-se, principalmente, ao crescimento de 11,92% do resultado líquido do exercício que foi impactado pelo resultado de valor justo em reorganização societária cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 15,22% nos custos e despesas operacionais. A margem do LAJIDA passou de 52,30% para 57,80%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2015 R\$ milhões	2014 R\$ milhões	Varição %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.916	5.619	5,29
Receita de Transmissão – com impostos	339	629	(46,10)
Receita de Construção	146	80	82,50
Transações com energia na CCEE	2.355	2.281	3,24
Receita de Indenização de Transmissão	101	420	(75,95)
Outras receitas operacionais	26	26	-
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.506)	(1.340)	12,39
Receita Operacional Líquida	7.377	7.715	(4,38)

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Industrial	18.465.652	21.026.305	3.630	3.229	196,58	153,57
Comercial	366.787	323.367	90	74	245,37	228,84
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	-	(3)	91	-	-
	18.832.439	21.349.672	3.717	3.394		
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	11.133.516	14.173.916	2.350	2.167	211,07	152,89
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(151)	58	-	-
	29.965.955	35.523.588	5.916	5.619		

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.916 milhões em 2015 em comparação a R\$5.619 milhões em 2014, representando uma crescimento de 5,29% decorrente, principalmente, do aumento no preço médio/MWh faturado compensado, parcialmente, pela redução de 15,64% na quantidade de energia comercializada.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R\$339 milhões em 2015 comparado a R\$629 milhões em 2014, representando redução de 46,10%.

Em 2014 o valor total da receita de transmissão contemplava o valor de R\$331 referente à receita do sistema de conexão. Em 2015, em função de alteração regulatória, este valor passou a ser reconhecido como parte do fornecimento bruto de energia.

O valor da RAP em 2015, R\$339 milhões, livre da receita de conexão, teve crescimento de 13,76% em comparação a 2014, no valor de R\$298 milhões, devido à atualização pela inflação e a novos investimentos no período, o que gera um incremento na receita.

Receita de Indenização da Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2015, uma Receita de Indenização de R\$101 milhões em comparação a R\$420 milhões em 2014. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento, em 2014, da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/13. Mais informações vide Nota Explicativa nº 12.

Receita de Construção

A receita de construção e infraestrutura de transmissão foi de R\$146 milhões em 2015 comparadas a R\$80 milhões em 2014, apresentando aumento de 82,50%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.506 milhões em 2015 comparados a R\$1.340 milhões em 2014, registrando um crescimento de 12,39%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.134 milhões em 2015 em comparação com R\$3.588 milhões em 2014, representando um aumento de 15,22%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.601 milhões em 2015 comparados a R\$1.692 milhões em 2014, representando um aumento de 53,72%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 48,10% no volume de energia comprada em 2015 (15.273.685 MWh) comparado com 2014 (10.313.226 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015 comparados a R\$282 milhões em 2014, redução de 70,21%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina em 2015 para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Provisões Operacionais

As provisões foram de R\$106 milhões em 2015 comparados a R\$84 milhões em 2014, crescimento de 26,19%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Constituição de provisão para perda nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A no valor de R\$119 milhões em 2015 comparados a R\$29 milhões em 2014;

- Constituição, em 2014, de provisão no valor de R\$31 milhões para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia.

Vide mais informações sobre a composição das provisões na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 82,50%, R\$146 milhões em 2015 na comparação com R\$80 milhões em 2014. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

O valor apurado para a CFURH foi de R\$99 milhões em 2015 comparado a R\$123 milhões em 2014. A partir de 2015, em atendimento às determinações do novo Manual de Contabilidade do Seto Elétrico - MCSE, em vigor à partir de 01 de janeiro de 2015, o valor referente à CFURH passou a ser reconhecido como dedução da receita.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$335 milhões em 2015 comparada a R\$304 milhões em 2014, representando um aumento de 10,20%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$861 milhões em 2015 comparado ao valor de R\$1.022 milhões em 2014, representando redução de 15,75%.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014, um crescimento de 47,00%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária sobre depósitos vinculados a litígios: reconhecimento da receita com variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios que apresentou um acréscimo na receita financeira no valor de R\$38 milhões em 2015;
- Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$12 milhões em 2015 comparado a 0,4 milhões em 2014. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2015;

- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: R\$7 milhões em 2015 decorrente da entrada em vigor, a partir de julho de 2015, do Decreto 8.426/2015, que estabeleceu as alíquotas para o PASEP e COFINS (0,65% e 4% respectivamente) incidentes sobre as receitas financeiras;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$795 milhões em 2015, comparados a R\$494 milhões em 2014, um crescimento de 60,93%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2015 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (13,23% em 2015 e 10,81% em 2014), aliada a um maior volume de recursos captados em 2015.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2015 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$888 milhões em relação ao Resultado de R\$3.226 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,53% de alíquota efetiva. Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(R\$ milhões)	2014	AV%	2013	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	7.715	100,00	5.230	100,00	47,51
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(304)	(3,94)	(315)	(6,02)	(3,49)
Participação dos Empregados no Resultado	(55)	(0,71)	(59)	(1,13)	(6,78)
Obrigações Pós-Emprego	(48)	(0,62)	(40)	(0,76)	20,00
Materiais	(16)	(0,21)	(12)	(0,23)	33,33
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(282)	(3,66)	(56)	(1,07)	403,57
Serviços de Terceiros (b)	(172)	(2,23)	(167)	(3,19)	2,99
Depreciação e Amortização	(297)	(3,85)	(343)	(6,56)	(13,41)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(123)	(1,59)	(126)	(2,41)	(2,38)
Provisões	(84)	(1,09)	(55)	(1,05)	52,73
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(273)	(3,54)	(257)	(4,91)	6,23
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(1.692)	(21,93)	(1.244)	(23,79)	36,01
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(80)	(1,04)	(91)	(1,74)	(12,09)
Perdas na Alienação da TBE (e)	-	-	(94)	(1,80)	(100,00)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(161)	(2,09)	(105)	(2,01)	53,33
	(3.587)	(46,49)	(2.964)	(56,67)	21,02
Resultado de Equivalência Patrimonial	(389)	(5,04)	350	6,69	(211,14)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	3.739	48,46	2.616	50,02	42,93
Receitas Financeiras	145	1,88	303	5,79	(52,15)
Despesas Financeiras	(680)	(8,81)	(506)	(9,67)	34,39
Resultado Antes dos Impostos	3.204	41,53	2.413	46,14	32,78
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.056)	(13,69)	(673)	(12,87)	56,91
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(59)	(0,76)	71	1,36	(183,10)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.089	27,08	1.811	34,63	15,35

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$2.089 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.811 milhões no exercício de 2013, um crescimento de 15,35%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2014 R\$ milhões	2013 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.619	4.769	17,82
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	629	490	28,37
Receita de Construção	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Transações com energia na CCEE	2.281	967	135,88
Outras receitas operacionais	26	22	18,18
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.340)	(1.130)	18,58
	7.715	5.230	47,51

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Industrial	21.026.305	18.496.520	3.229	2.621	153,57	141,70
Comercial	323.367	300.801	74	64	228,84	212,77
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	91	(4)	-	-
	21.349.672	18.797.321	3.394	2.681	158,97	142,63
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	14.173.916	16.481.464	2.167	2.070	152,89	125,60
Suprimento Não Faturado, Líquido	-	-	58	17	-	-
	35.523.588	35.278.785	5.619	4.769	158,18	135,18

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.619 milhões em 2014 em comparação a R\$4.769 milhões em 2013, representando um aumento de 17,82% decorrente, principalmente, do aumento de 17,01% no preço médio praticado.

Deve ser destacado que a maior contribuição para esse crescimento no preço médio ocorreu no suprimento a outras concessionárias, variação de 21,73%, em função, basicamente, do maior preço da energia em 2014, considerando o baixo nível dos reservatórios no período.

Receita de Transmissão

A receita de transmissão foi de R\$629 milhões em 2014 comparados a R\$490 milhões em 2013, aumento de 28,37% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$298 milhões em 2014 e R\$241 milhões em 2013, devido a novos investimentos no período e atualização pela inflação da receita anterior;

- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$331 milhões em 2014 comparados com R\$249 milhões no mesmo período de 2013, representando uma variação de 32,93% decorrente do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos.

Receita de Indenização da Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, uma Receita de Indenização de R\$420 milhões em comparação a R\$21 milhões em 2013. Este aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/13. Mais informações vide Nota Explicativa nº 12.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.281 milhões em 2014 comparados a R\$967 milhões em 2013, um aumento de 135,88%. Esta variação decorre basicamente da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$688,89/MWh em 2014 e R\$263,06/MWh em 2013).

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.341 milhões em 2014 comparados a R\$1.130 milhões em 2013, registrando um crescimento de 18,67%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.588 milhões em 2014 em comparação com R\$2.964 milhões em 2013, representando um aumento de 21,05%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.692 milhões em 2014 comparados a R\$1.244 milhões em 2013, representando um aumento de 36,01%. Esta

variação decorre, principalmente, do aumento de 27,77% no volume de energia comprada em 2014 (10.313.226 MWh) comparado com 2013 (8.071.951 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$282 milhões em 2014 comparados a R\$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94 milhões. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a TAESA.

Provisões Operacionais

As provisões foram de R\$84 milhões em 2014 comparados a R\$55 milhões em 2013, aumento de 52,73%. Esta variação decorre principalmente da maior provisão em 2014 para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia. Vide mais informações sobre a composição das provisões na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$1.529 em 2014 comparado ao valor de R\$1.516 em 2013, representando um aumento de 0,86%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$203 milhões em 2013, um crescimento de 163,05%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária: R\$13 milhões em 2014, comparados a R\$97 milhões em 2013, uma redução de 86,60%, decorrente, principalmente, do reconhecimento de R\$97 milhões em 2013 de atualização financeira de ganho obtido em processo judicial que discutia a ilegalidade da incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;

- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: em 2013, foi apurada uma receita de R\$61 milhões de tributos sobre as receitas financeiras decorrentes dos impactos de êxito obtido em processo judicial que discutia a incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$494 milhões em 2014, comparados a R\$317 milhões em 2013, um crescimento de 55,84%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2014 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013), aliada a um maior volume de recursos captados em 2014;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva. Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$602 milhões em relação ao Resultado de R\$2.413 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 24,94% de alíquota efetiva.

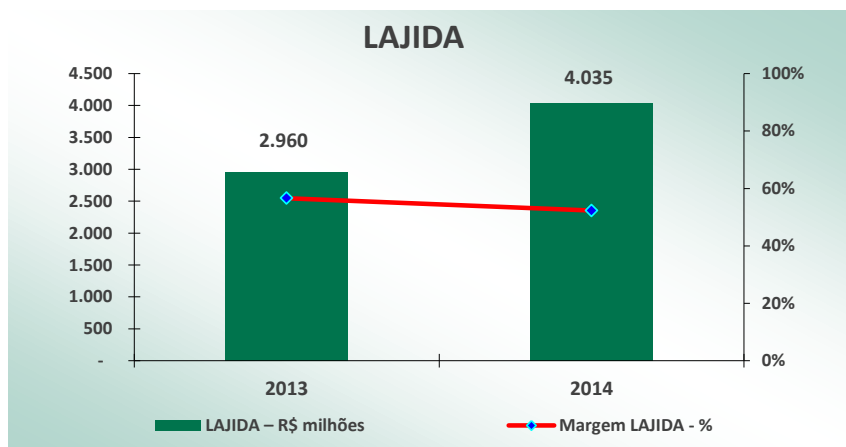
O aumento na alíquota efetiva em 2014 decorre da maior contribuição em 2013 do resultado de equivalência patrimonial, onde não existe incidência de tributação, para a formação do resultado, o que contribuiu para a redução da alíquota efetiva do ano anterior.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 36,32% em 2014 na comparação com 2013, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2014	2013	Var %
Resultado do Período	2.089	1.811	15,35
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	1.115	603	84,91
+ Resultado Financeiro Líquido	534	203	163,05
+ Amortização e Depreciação	297	343	(13,41)
= LAJIDA	4.035	2.960	36,32



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2014, em comparação com 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 47,51% verificado na receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 25,52% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 56,60% para 52,31%.

10.3.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2016.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Opções de venda de ações na TAESA

A subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT”) concedeu ao Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”), acionista da TAESA que integra o bloco de controle da TAESA, uma opção de venda de suas ações da TAESA, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na TAESA, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela TAESA. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira. Até a presente data a opção não foi exercida pelo FIP Coliseu.

Os cotistas do FIP Coliseu aprovaram na 19ª Assembleia Geral de Cotistas realizada em 21 de outubro de 2014 a prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu, que deveria encerrar-se no dia 26 de outubro de 2014, por até 720 dias contados de 21 de outubro de 2014. A Cláusula 16.1.1 do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas da TAESA (“Acordo de Acionistas da TAESA”) estabelece que o Santander Participações S.A. (“Santander”), cotista do FIP Coliseu e, portanto, acionista indireto da TAESA, deixaria de ser parte do Acordo de Acionistas da TAESA em 30 de outubro de 2014. Para tornar efetiva tal desvinculação do Acordo de Acionistas da TAESA e, ainda, por força da prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu mencionada acima, foi realizada a 20ª Assembleia Geral de Cotistas do FIP Coliseu, ocasião em que foi aprovada a cisão parcial do FIP Coliseu, com a versão das ações ordinárias da TAESA de titularidade indireta da Santander, então detidas pelo FIP Coliseu, para o Fundo de Investimento em Participações Resling, cujo único cotista é o próprio Santander (“FIP Resling”). Dessa forma, o FIP Resling tornou-se detentor de 76.258.597 ações ordinárias da TAESA. Por solicitação do Santander, o Conselho de Administração da TAESA homologou, no dia 30 de outubro de 2014, a conversão de 50.839.064 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em ações preferenciais. O Conselho de Administração da TAESA, na sequência, também por solicitação do Santander, homologou a emissão de 25.419.532 *units* da TAESA em favor do FIP Resling, mediante o grupamento das 50.839.064 ações preferenciais convertidas às 25.419.532 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em 30 de outubro de 2014. Após a cisão das ações de titularidade do Santander e emissão das *units*, a composição do capital social da TAESA foi alterada, conforme disposto na tabela abaixo:

	Ações ON	%	Ações PN	%	Capital Total	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	0,0%	228.775.490	22,1%
Cemig	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%
Mercado	93.446.517	14,6%	186.892.944	47,6%	280.339.461	27,1%
FIP Resling	25.419.533	4,0%	50.839.064	12,9%	76.258.597	7,4%
Total	640.714.069	100,0%	392.782.652	100,0%	1.033.496.721	100,0%

As demais cláusulas do Acordo de Acionistas da TAESA permanecem válidas até o fim das concessões, sendo, portanto, mantida a gestão compartilhada da TAESA entre a CEMIG e o FIP Coliseu ou seus sucessores.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”)

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 22,4 bilhões (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de dezembro de 2016, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação direta e indireta da Companhia CEMIG GT nesta controlada em conjunto foi de R\$ 4 bilhões.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.424,2 MW A, atingida em janeiro de 2017 com a entrada em operação comercial total das 50ª unidade geradora.

A CEMIG reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$ 134,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente, principalmente, do reconhecimento, em 2016, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (Generation Scaling Factor - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade e por uma elevação da despesa financeira decorrente do aumento do número de turbinas de 35 para 44 em 2016, cujas despesas financeiras são alocadas no resultado, proporcionalmente ao número de turbinas, além da alta da TJLP

Outro fato relevante aconteceu em 21 de outubro de 2014 quando foi realizada Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), e a CEMIG GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, fosse suspenso o prazo para

exercício, pela SAAG e pela CEMIG GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014, conforme mencionada no parágrafo acima.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e CEMIG GT em suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar foi instaurada em abril de 2015.

Em setembro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral, tendo sido considerados procedentes todos os pleitos da CEMIG GT e SAAG.

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)

No dia 06 de junho de 2014, a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”) alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG, para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a CEMIG GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A CEMIG GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% do capital social votante da referida SPE, preservando a natureza privada da estrutura de investimentos. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA. Com a conclusão da operação em 25 de agosto de 2014 e outros aportes de capital realizados até março de 2016, a CEMIG GT passou a deter uma participação indireta de 8,13% na MESA, além de sua participação direta de 10%.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até junho de 2043, data de encerramento da concessão.

Aquisição de participação na Brasil PCH e Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”)

Em 14 de junho de 2013, a CEMIG GT celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a CEMIG GT celebrou um Acordo de Investimento juntamente com a Renova, a RR Participações S.A. (“RR”), a Light Energia e a Chipley. O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela CEMIG GT de novas ações que foram emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da CEMIG GT e da Renova, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

O preço de emissão das ações da Renova foi estabelecido em R\$16,2266 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela CEMIG GT de R\$1.414.733, atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943 milhões, cujos recursos para a aquisição foram via adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) da CEMIG GT na Chipley.

Em 31 de março de 2014 a CEMIG GT realizou o AFAC na Renova no valor de R\$810.128.654,56.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a CEMIG GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S.A. (“Vale”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”), que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

Em 05 de agosto de 2014, a CEMIG GT e a Vale celebraram o Contrato Definitivo de Associação, regulando, dentre outras matérias, a aquisição pela CEMIG GT de participação no capital social da Aliança, mediante a subscrição e integralização de 98.029 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Assim, a CEMIG GT passou a deter 45% de participação no capital social votante e total da Aliança, enquanto a Vale passou a deter 55% de participação no capital social votante e total da referida empresa. O Contrato Definitivo de Associação prevê que, após o cumprimento das condições precedentes, o segundo aumento do capital social da Aliança ocorrerá na data de fechamento da operação, de modo

que as ações a serem emitidas serão subscritas e integralizadas pela CEMIG GT e pela Vale, preservando-se as participações de 55% para a Vale e 45% para a CEMIG GT, mediante a transferência das participações, por elas detidas, nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga.

Em 27 de fevereiro de 2015, após aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEMIG, foi concluída a operação de Associação entre a Vale e a CEMIG GT, mediante a integralização na Aliança, das participações societárias detidas pela Vale e pela CEMIG GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga.

A Aliança passou a ter a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração, os quais, à época da aprovação da transação, eram avaliados em R\$4,5 bilhões. Vale e CEMIG GT detinham, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta empresa.

Os Consórcios Aimorés e Funil e Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Cemig Capim Branco”) estão em processo de baixa na Receita Federal.

A CEMIG GT adquiriu, pelo valor aproximado de R\$206.000.000,00, 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S.A., que detinha a participação de 9% da Norte Energia S.A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de fevereiro de 2015, foi pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a CEMIG GT passou a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

Os contratos da Associação e de aquisição estabeleceram o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco, subsidiária integral da CEMIG, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este

intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.”, classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
Total dos ativos líquidos	94.184

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55,4 milhões.

No dia 27 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEMIG deliberou autorizar a incorporação da Cemig Capim Branco pela CEMIG GT e, após, a sua consequente extinção. A incorporação consiste na transferência da CEMIG para a CEMIG GT das participações diretas e indiretas detidas pela Cemig Capim Branco, equivalentes a 26,4752% das UHEs Amador Aguiar I e II, sendo que, desse total, Cemig Capim Branco detém de forma direta 21,0526% das UHEs Amador Aguiar I e II e Cemig Capim Branco detém 30,3030% do capital social da Epícares Empreendimentos e Participações Ltda. que, por sua vez, detém 17,8947% das UHEs Amador Aguiar I e II. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) aprovou a transferência.

Essa incorporação era uma das condições precedentes para a integralização na Aliança, das participações detidas por Vale e CEMIG GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga.

Em decorrência da incorporação, houve aumento do capital social da CEMIG GT de R\$1.137.710.409,94 e alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da CEMIG GT.

Atividades com a Renova em 2014

Em janeiro de 2014, ocorreu a criação na Renova de 9 SPEs de geração eólica, com participação de 99%: as Centrais Eólicas Bela Vista II Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista III Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IV Ltda., as Centrais Eólicas Bela Vista V Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VI Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VII Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IX Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista X Ltda. e as Centrais Eólicas Bela Vista XI Ltda..

Em abril de 2014, ocorreu a criação, pela Renova, de 17 SPEs de geração eólica, com sede em Guanambi – Bahia: Centrais Eólicas Umburanas 1 Ltda., Centrais Eólicas Umburanas 2 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 3 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 4 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 5 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 6 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda.; Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda. e Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda..

Em agosto de 2014, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento na Renova, com a participação de 99,99%, com o objetivo exclusivo de participação em leilões relacionados a projetos de energia renovável e desenvolvimento de projetos de energia eólica.

Em outubro de 2014, ocorreu a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova, com participação no capital votante de 36,62% e no capital total de 27,37% e a consequente alteração da participação da Light Energia no capital votante, de 33,51% para 21,2%, e no capital total, de 21,86% para 15,87%. Em 27 de outubro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Renova, subsidiária da Light Energia, aprovaram a homologação do Aumento de Capital no valor total de R\$1.550.264.983,19, por meio da emissão de 87.186.035 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$17,7789 por ação. A participação da Light Energia na Renova passou a ser de 15,9% do capital social total e de 21,2% das ações ordinárias, ficando mantidas todas as suas ações vinculadas ao bloco de controle. Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras da CEMIG relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Em novembro de 2014, ocorreu a constituição, pela Renova, de 2 empresas sub-*holdings*, denominadas Diamantina Eólica Participações S.A. e Alto Sertão Participações S.A., com 99,99% de participação, que têm por objeto social a participação no capital de outras sociedades, na área de geração de energia e na comercialização de energia elétrica.

Em dezembro de 2014, ocorreu a redução de capital da Chipley SP Participações referente aos 40% de participação da CEMIG GT na Chipley e, a alteração do percentual de participação da Renova na Chipley SP Participações, de 59,00% para 99,99%.

Outras atividades em 2014

Em fevereiro de 2014 foram formadas 4 SPE's, subsidiárias integrais da Guanhões Energia S.A., com participação de 100%: PCH Fortuna II S.A., PCH Jacaré S.A, PCH Dores de Guanhões S.A. e PCH Senhora do Porto S.A.. Essas empresas passaram a ser responsáveis pela implantação e exploração das respectivas PCH's.

Em outubro de 2014, foi constituído o Consórcio Projeto SLT com 33,33% de participação, com o objetivo de viabilizar a administração e contabilização das contratações de consultores jurídico, ambiental, técnico e quaisquer outros consultores externos necessários à elaboração dos estudos para aferição de atratividade da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, localizada no Estado do Pará.

Em setembro de 2014, a CEMIG GT realizou a aquisição de participação de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) que tem como objeto a exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Paraopeba, municípios de Pompeu e Curvelo, em Minas Gerais, mediante a construção, implantação, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios. Ao final da operação a composição acionária da RBE ficou da seguinte forma: CEMIG GT com 49,9%, Furnas com 49,0% e Orteng com 1,1%.

Em dezembro de 2014, a CEMIG GT foi retirada do Consórcio Cosama, onde tinha participação de 49,00%.

Atividades com a Renova em 2015

Em janeiro de 2015, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento 2 na Renova, com participação de 99,99%, com objetivo exclusivo de participação em leilões.

Acordo entre Renova, Terraform Global e SunEdison

Em maio de 2015 foi celebrado o Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários entre a Renova, a Terraform Global e a SunEdison Inc., por meio do qual cada parte se compromete a contribuir com determinados ativos operacionais na Terraform Global.

A Fase I da operação, anunciada no dia 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

- (i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do PROINFA, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$451 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da CEMIG que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento.

A Fase II da operação consistia num contrato de permuta de ações de subsidiárias da Renova detentoras de ativos com 2.204,2 MW de capacidade instalada por ações da TerraForm Global por R\$13,4 bilhões de *enterprise value*. Uma das condições precedentes para a realização da Fase II da operação era a conclusão da venda da participação da Light no bloco de controle da Renova para a SunEdison. Com a não consumação da venda da participação, a Fase II da operação foi cancelada.

Outras atividades em 2015

Leilão de Geração das Concessões não prorrogadas

Em 25 de novembro de 2015, a CEMIG sagrou-se vencedora do lote D, do Leilão de Geração das Concessões não prorrogadas, composto por 18 usinas hidrelétricas, dentre elas Três Marias, com potência instalada total de 699,57 MW. A assinatura dos respectivos contratos de concessão deu-se mediante o pagamento da Bonificação pela Outorga no valor de R\$2.2 bilhões. O preço global pela prestação do serviço de geração nas usinas será de R\$498,7 milhões. A assinatura dos contratos de concessão para operação das 18 usinas do Lote D do Leilão nº12/2015 aconteceu no dia 5 de janeiro de 2016. Foram criadas 7 SPEs sob a Cemig GT para receberem esses ativos do lote D.

Atividades relacionadas com a Renova em 2016

Em 2 de fevereiro de 2016, foi aprovado aumento de capital na Renova no valor de até R\$731.247.640,38 mediante a emissão de até 81.587.997 novas ações ordinárias e de até 28.208.946 de novas ações preferencias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,66 e de R\$19,98 por *unit*. Cemig GT passa a deter 44,18% do capital votante e 34,15% do capital total

Em 1º de abril de 2016, a Renova rescindiu o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc., por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um *break up fee* no valor de US\$10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na CEMIG e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova.

Em 14 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou o cancelamento do contrato celebrado entre a RenovaCom e a CEMIG GT referente a 25 parques eólicos localizados na região de Jacobina/BA com 676,2 MW de capacidade instalada, e com data de entrada em operação comercial prevista para 01 de janeiro de 2019.

Em 6 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou a antecipação do pagamento de R\$118 milhões referente à entrega de energia futura contratada no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre a Renova Comercializadora de Energia S.A. e a CEMIG GT.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à CEMIG.

10.4

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis nos três últimos exercícios.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis nos três últimos exercícios.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Ressalvas:

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2016, 2015 e 2014.

Ênfase:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2016, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 14 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2015, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara (“UHE Jaguara”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No contexto da UHE Jaguara, no dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação da 1ª Seção do STJ a respeito da referida liminar sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou medida cautelar com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) com o objetivo de imprimir direito suspensivo em face ao acórdão da 1ª Seção do STJ. Em 1 de fevereiro de 2016, foi publicada a decisão deferindo a liminar requerida, para suspender os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. No contexto da UHE São Simão, no dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguara na 1ª Seção do STJ em 24 de junho de 2015, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguara, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 31 de dezembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 mil do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investigações relacionadas a certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Madeira Energia S.A. informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Madeira Energia S.A. e, conseqüentemente, da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2014, consta o seguinte parágrafo de ênfase:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 14 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10.5

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10.6

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, dentre outros, a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia e arrendamentos operacionais.

Os valores informados pela companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresentam condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.256.193	2.064.912	879.371	1.047.947	1.033.089	352.159	8.633.671
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	19.497	20.667	21.907	23.221	24.614	68.189	178.095
Concessão Onerosa	2.977	2.560	2.307	2.070	1.854	10.235	22.003
Compra de Energia	3.735.672	3.410.828	2.776.296	2.887.451	3.200.697	30.267.208	46.278.152
Arrendamentos Operacionais	21.193	20.734	20.734	20.734	20.734	20.734	124.863
	<u>7.035.532</u>	<u>5.519.701</u>	<u>3.700.615</u>	<u>3.981.423</u>	<u>4.280.988</u>	<u>30.718.525</u>	<u>55.236.784</u>

Opção de venda

Adicionalmente, foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia um passivo no valor de R\$196.173 mil, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	29.029
Ajuste a Valor Justo	-	118.585
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Ajuste a Valor Justo	48.559	48.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>196.173</u>	<u>196.173</u>

Maiores informações sobre a opção de venda na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.7

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso da opção, o efeito seria a aquisição dos ativos relacionados a opção de venda oferecida aos demais acionistas da SAAG, empresa que tem participação na usina de Santo Antônio.

b. natureza e o propósito da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os compromissos estão apresentados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8

a) investimentos, incluindo:

- i. **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
- i. Além dos investimentos realizados pela CEMIG GT, necessários para atender as exigências da ANEEL, manter a confiabilidade, qualidade e disponibilidade, em base seguras, das instalações de geração e transmissão e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG GT, deverá investir cerca de **R\$ 686,0 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

Atividade	2017	2018	2019	Total
Programa Básico (1)	112,0	115,0	133,0	360,0
<i>Geração</i>	65,0	57,0	55,0	177,0
<i>Transmissão</i>	47,0	58,0	78,0	183,0
Aportes (2)	324,0	1,0	1,0	326,0
Total Geral (1) + (2)	436,0	116,0	134,0	686,0

- (1) Valores estimados, arredondados, em moeda constante de junho/2016, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa Cemig GT. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG GT. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.
- (3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (4) Os montantes planejados para os anos de 2017, 2018 e 2019 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes

Não houve desinvestimentos relevantes nos três últimos exercícios.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No ano de 2016, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

Investimentos em Geração:

Usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio) encerrou o ano de 2016 com todas as suas 50 turbinas em operação e alcançou, assim, sua capacidade plena de produção de energia. Somente em 2016, a hidrelétrica colocou quinze novas unidades geradoras em operação. A construção da UHE Santo Antônio representou um investimento total de cerca de R\$ 24 bilhões.

A usina possui capacidade para gerar 3.568 MW de energia, de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros. Das suas 50 turbinas, 44 abastecerão o Sistema Interligado Nacional (SIN), enquanto as outras 6 serão dedicadas exclusivamente aos estados de Rondônia e do Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico daquela região.

A Companhia efetuou investimentos de R\$40 milhões em 2016.

Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) administrada pela empresa Norte Energia S.A., em que a Cemig GT tem uma participação indireta de 5,13%, está localizada no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará.

A UHE Belo Monte conta com duas casas de força: Belo Monte e Pimental. A primeira é a principal, com dezoito turbinas, com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW, e a segunda, auxiliar, com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte será responsável por 7,5% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Three Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW). O empreendimento está demandando um investimento de R\$35,3 bilhões (em moeda corrente) que incluem R\$3,4 bilhões em ações sociais compensatórias.

No primeiro semestre de 2016, entraram em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal e da primeira unidade da casa de força complementar teve início no mês de abril. Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro unidades em operação no sítio Belo Monte e quatro unidades em operação no sítio Pimental, agregando 2.600 MW

médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional. A previsão é de que todas as turbinas da usina estejam em operação até janeiro de 2019.

A Companhia efetuou investimentos de R\$471 milhões em 2016 através das investidas Amazônia Energia e Aliança Norte.

Usinas de geração – lote D do leilão Aneel

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216 milhões, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$776 milhões, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$828 milhões, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.9

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2016, 2015 e 2014 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

Anexo 2

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 12-05-2017, às 14 horas, referente à destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$69.868 mil, e saldo de Lucros Acumulados de R\$16.871 mil, conforme a seguir: a) R\$83.246 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, utilizando de parcela dos JCP aprovados conforme CRCA nº 105/2016, de 22-12-2016, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2017 e a segunda até 30-12-2017, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26-12-2016; e, b) R\$3.493 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinaram favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Charles Carvalho Guedes
Edson Moura Soares
Manuel Jeremias Leite Caldas
Newton Brandão Ferraz Ramos
Rafael Amorim de Amorim

Anexo 3



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31-12-2016, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 12-05-2017, às 14 horas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Charles Carvalho Guedes
- Edson Moura Soares
- Manuel Jeremias Leite Caldas
- Newton Brandão Ferraz Ramos
- Rafael Amorim de Amorim

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 14 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Compromissos financeiros de curto prazo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$2.476 mil. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, pois o processo para a conclusão de que não existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia envolveu julgamento por parte Administração em decorrência da necessidade de avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, em especial as alternativas disponíveis para acesso ao mercado financeiro nacional e internacional para emissão de títulos de dívida de longo prazo, plano de desinvestimento e geração futura de caixa.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da capacidade de geração de fluxo de caixa operacional decorrente das concessões existentes, (iii) avaliação do histórico de captações, captações planejadas, estágio atual dos processos de captação iniciados e avaliações das agências de rating, e (iv) avaliação das vendas de ativos realizadas, bem como a valorização de ativos passíveis de alienação e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 24 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados à circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089.422/O-0

Anexo 5

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A SE REALIZAR EM 12-05-2017.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A

	31/12/2016
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	69.868
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	34.934
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	45.000
	79.934
Dividendos Declarados	
Juros sobre Capital Próprio	83.246
Dividendos intermediários	-
Dividendos Estatutários	216.754
	300.000
Dividendos por ação	
Dividendos Obrigatórios	0,0276
Dividendos Registrados	0,1036

Anexo 6

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Ronaldo Dias

Data nascimento: 09/12/1946

Profissão: Contador

CPF: 221.285.307-68

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Não, pelos Preferencialistas.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015;

Uly Assessoria Técnica LTDA – de 1998 a 2013 – Sócio Gerente;

Banco Clássico S.A.

Ouvidor – 2007 a 2013; Auditor Interno – 2013 a 2015; Gerente Administrativo do Fundo Dinâmica Energia – 2014 a 2015; Diretor - atualmente;

Membro do Conselho Fiscal da CEG, mandato com término em abril/2016;

Membro do Conselho Fiscal da ENEVA, mandato com término em abril/2016;

Membro do Conselho Fiscal da CEMIG, mandato com término em abril/2016;

Funções Exercidas no Banco Central do Brasil

Auditor – Inspetor de Fiscalização no Sistema Financeiro Nacional

Coordenador de Fiscalização no Sistema Financeiro Nacional

Supervisor Substituto de Fiscalização no Sistema Financeiro Nacional.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

62%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Arthur Maia Amaral

Data nascimento: 30-08-1978

Profissão: Farmacêutico e Bioquímico

CPF: 031.940.316-15

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Prefeito Municipal de Luminárias-MG, em 2009 a 2012 e 2013 a 2016;

Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG, 2016;

Conselheiro Regional efetivo do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2015 a 2018;

Diretor Secretário-Geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2014 a 2015;

Conselheiro à categoria farmacêutica do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2011 a 2014.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino

Data nascimento: 09-08-1982

Profissão: Relações Públicas

CPF: 053.194.916-89

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Assessora da Presidência da COPANOR/MG, desde setembro/2016

Atividades desenvolvidas: melhorias dos processos de gestão – SAP, comunicação interna, planejamento e estruturação de projetos de tecnologia, análise de impactos, suporte e organização de treinamentos para melhorias do sistema SAP;

Via Consultoria Indra Company/COPASA/MG – setembro/2009 a setembro/2016

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Assessora da Presidência da COPANOR/MG

- b. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.6. **Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

0%

- 12.7. **Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

- 12.8. **Fornecer:**

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

- 12.9. **Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

- a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- b. **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

- c. **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.10. **Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

- a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

- b. **com o Estado de Minas Gerais;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Edson Moura Soares

Data nascimento: 02/06/1977

Profissão: Filósofo e Teólogo

CPF: 992.255.496-87

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - janeiro 2011 a janeiro 2015;

Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, SeGov - desde janeiro 2015;

Membro Efetivo do Conselho Curador da FHEMIG - desde 03/2015;

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da COHAB - desde 04/2015;

Membro Efetivo do Conselho Administrativo da PROMINAS - 04/2015;

Membro Suplente do Conselho Fiscal da CODEMIG - desde 04/2015;

Membro Suplente do CONPED - desde 04/2015;

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho Curador da FHEMIG;

Membro do Conselho Fiscal da COHAB;

Membro Efetivo do Conselho Administrativo da PROMINAS;

Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

62%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

x sim - Se sim, descrever a relação:

- ALMG (entre 2011 e 2015): assessor parlamentar no Gab.Dep.Est. Ulysses Gomes;
SeGov/MG (desde 01/2015): Chefe de Gabinete da SeGov/MG.

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve

Data nascimento: 26-02-1976

Profissão: Advogada

CPF: 037.964.286-73

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Subsecretária de Estado da Casa Civil do Estado de Minas Gerais - desde janeiro/2017;
Auditora-Geral do Município de Belo Horizonte - maio/2014 a dezembro/2016, coordenação de auditores;

Procuradora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte, em substituição – dezembro/2012 a outubro/2013;
Gerente de Atividades de Controle Externo da procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte – julho/2012 a maio/2014; e,
Assessora Jurídica da Procuradoria-Geral do Município de Minas Gerais – fevereiro/2009 a julho/2012.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a. outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

- c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Manuel Jeremias Leite Caldas

Data nascimento: 08/01/1956

Profissão: Engenheiro

CPF: 535.866.207-30

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Não, pelos Preferencialistas.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2016;

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2016;

Membro da Comissão de Investigação, GIGI - Eletrobrás
Engenheiro Eletricista e Mestre em Economia, Consultor Financeiro da Alto Capital Gestora de Recursos. Gerente Depto.Técnico - Banco PEBB. Foi gestor e Economista Chefe do Banco PEBB S.A., Ger. Departamento Econômico e Pesquisa - Banco Nacional, Analista Sênior do Banco Bozano Simonsen S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015.
Membro do Conselho Fiscal da Eneva – 09/2015 – 2016 – 2017
Membro do Conselho de Administração da Eletropaulo 2012-2014
Membro Suplente do Conselho de Administração da Eletropaulo 2014-2016
Membro do Conselho de Administração Forjas Taurus 2013-2015
Membro do Conselho Fiscal da OI/Telemar 2013-2014-2015-2016-2017
Membro do Conselho Fiscal da Coelba 2014-2015-2016
Membro do Conselho Fiscal da Tegma Logística 2013-2014
Membro do Conselho de Administração da Conttax participações 2009-2012
Membro Suplente do Conselho de Administração da Contax participações 2012-2015
Membro Suplente do C.A da São Carlos Empreendimentos 2011-2013
Membro do Conselho Fiscal da Eletrobrás 2012-2013-2014-2015-2016
Membro do Conselho Fiscal da Cosern 2009-2011
Membro do Conselho Fiscal da Eletropaulo 2010-2012
Membro do Conselho Fiscal da CESP Titular 2013-2014-2015-2016/ Suplente 2012/2013.

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

x não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

x não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês

estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e /ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marco Antônio Badaró Bianchini

Data nascimento: 08/08/1965

Profissão: Militar

CPF: 656.599.886-87

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal.**

x não

sim - Se sim, descrever:

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.**

x não

sim - Se sim, descrever:

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

x não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

87%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marcos Túlio de Melo

Data nascimento: 03/10/1951

Profissão: Engenheiro

CPF: 130.866.186-04

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.**

A partir de 01/04/2015 – Subsecretário de Projetos da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, que tem como atividade principal formular e implementar soluções integradas de transportes e obras para garantir a mobilidade e a acessibilidade de bens e pessoas e o provimento de infraestrutura para a realização das políticas públicas do Estado de Minas Gerais;

De 10/01/2012 a 20/01/2015 – Engenheiro Civil IX da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/UFMG, que tem como atividade principal a gestão de projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais e de outras instituições e centros de inovação. No período foram desenvolvidas funções de planejamento e apoio à gestão da Reitoria da UFMG;

De 01/06/2009 a 09/01/2012 – Assessor IV da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte, que tem como atividade principal a gestão da informática pública de Belo Horizonte promovendo, integrando e gerenciando soluções de TI. No período foram desenvolvidas funções de assessoramento à Diretoria Técnica da PRODABEL e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Atividades: - Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de 2006 A 2011.

- Vice Presidente do Conselho Mundial de Engenheiros civis de 2010 a 2011

- Membro efetivo do Conselho Nacional das Cidades do Ministério das Cidades de 2012 a 2013.

- Membro efetivo do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério de Integração Nacional de 2011 a 2013.

- Membro da Comissão da UFMG para a implantação do Memorial da Anistia de 2013 a 2014.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde maio/2016

e. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

x não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

x sim - Se sim, descrever a relação: Sim – A partir de 01/04/2015, exercendo o cargo da Subsecretaria de Projetos da SETOP – MG.

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Newton Brandão Ferraz Ramos

Data nascimento: 30-05-1969

Profissão: Contador

CPF: 813.975.696-20

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 02

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.**

Formou-se em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós graduado em Administração pela FUMEC MG e com MBA em Finanças na Fundação Dom Cabral. Atualmente, o Sr. Ferraz Ramos atua também como membro titular dos Conselhos Fiscais da CCR S.A., da SANEPAR, da Dominó Holdings S.A. e como suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. Atua também como membro suplente dos Conselhos de

Administração da Andrade Gutierrez S.A. Atualmente, além do cargo que ocupa na Companhia, o Sr. Ferraz Ramos também exerce o cargo de Superintendente de Controladoria da Andrade Gutierrez Concessões, desde dezembro de 1999;
Membro suplente do Conselho de Administração da CEMIG S.A., CEMIG Geração e Transmissão e CEMIG Distribuição, de 2010 a abril/2016;
Membro efetivo do Conselho Fiscal da CEMIG S.A., CEMIG Geração e Transmissão e CEMIG Distribuição, de 2016.

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Vide acima

- f. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

- 12.6. **Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

83%

- 12.7. **Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

- 12.8. **Fornecer:**

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

- 12.9. **Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

- a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- b. **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos Conselhos de Administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Rodrigo de Mesquita Pereira

Data nascimento: 20/10/1964

Profissão: Advogado

CPF: 091.622.518-64

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 12/05/2017

Data da posse: 12/05/2017

Prazo do mandato: até a AGO a ser realizada em 2018.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo

Indicação se foi eleito pelo Controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde maio/2016

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal.

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais.

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor do Estado de Minas Gerais, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

